



QUINTA - FEIRA - 17 DE JULHO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



O PREFEITO DE BELO HORIZONTE ÁLVARO DAMIÃO ASSINOU NESTA TERÇA-FEIRA (15) O TEXTO DO PROJETO DE LEI QUE CRIA A OPERAÇÃO URBANA SIMPLIFICADA (OUS) – UMA DAS ETAPAS LEGAIS NECESSÁRIAS PARA VIABILIZAR A CONSTRUÇÃO DO PRIMEIRO CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG) EM BELO HORIZONTE, NA AV. WALDYR SOEIRO EMRICH, REGIÃO DO BARREIRO. A INICIATIVA BUSCA AMPLIAR AS OPORTUNIDADES DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E PROMOVER O CRESCIMENTO SOCIOECONÔMICO NA REGIÃO.



O ANIVERSÁRIO DE 113 ANOS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESPÍRITO SANTO (CBMES) FOI CELEBRADO EM SESSÃO SOLENE NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, NA NOITE DE TERÇA-FEIRA (15). A SOLENIDADE, QUE TAMBÉM FEZ REFERÊNCIA AO DIA NACIONAL DO BOMBEIRO (2 DE JULHO), DESTACOU A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO PARA A SOCIEDADE, SOBRETUDO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA E NO SALVAMENTO DE VIDAS.



Distribuir conhecimento e experiências faz parte do nosso compromisso com a formação e o futuro



CONSIDERADO O MAIOR ENCONTRO DOS GRUPOS CULTURAIS COMUNITÁRIOS DO BRASIL, A 6ª TEIA NACIONAL PONTOS DE CULTURA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA SERÁ REALIZADA ENTRE OS DIAS 24 E 29 DE MARÇO DE 2026, NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, NO ESPÍRITO SANTO. O ANÚNCIO DO LOCAL E A DATA ACONTECEU NESTA TERÇA-FEIRA (15) NA ALDEIA CAEIRAS VELHA, DURANTE O LANÇAMENTO OFICIAL DO EVENTO, COM A PARTICIPAÇÃO DA MINISTRA DA CULTURA, MARGARETH MENEZES; DO GOVERNADOR DO ESTADO, RENATO CASAGRANDE; DO PREFEITO DR. COUTINHO; ALÉM DE LIDERANÇAS INDÍGENAS E REPRESENTANTES DE PONTOS DE CULTURA.

PBH ENVIA PROJETO À CÂMARA PARA VIABILIZAR CAMPUS DO IFMG NO BARREIRO

O prefeito Álvaro Damião assinou nesta terça-feira (15) o texto do projeto de lei que cria a Operação Urbana Simplificada (OUS) – uma das etapas legais necessárias para viabilizar a construção do primeiro campus do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) em Belo Horizonte, na Av. Waldyr Soeiro Emrich, Região do Barreiro. A iniciativa busca ampliar as oportunidades de educação pública e promover o crescimento socioeconômico na região.

Em reunião com o reitor do IFMG, Rafael Bastos Teixeira, o presidente da Câmara Municipal, Juliano Lopes, e vereadores da região, o prefeito apresentou a proposta, que já começa a tramitar na Casa. "O Instituto Federal é um sonho que agora chega ao Barreiro, em um espaço muito bem localizado. Teremos o maior Instituto Federal do estado e que será modelo para ser replicado no Brasil inteiro", afirmou Álvaro Damião. O vereador Juliano Lopes assegurou agilidade na tramitação do projeto e prevê que esteja aprovado em um prazo de 30 dias.

Caberá ao IFMG a responsabilidade por todas as despesas relacionadas à construção do campus, incluindo a obtenção das autorizações legais necessárias para as obras, assim como a manutenção, conservação e preservação do imóvel, estando a cessão definitiva do terreno vinculada ao uso educacional da área.

A OUS-IFMG também estabelece contrapartidas voltadas para a melhoria da região, como o compromisso do governo federal com a manutenção da área verde



na qual o campus será implantado, na Av. Waldyr Soeiro Emrich, entre as ruas Alfredina Amaral e Maria Letícia.

A iniciativa induz a ativação de uma área pública subutilizada, contribuindo para o fortalecimento da ambiência urbana, da segurança e da vitalidade social do entorno. Além disso, o empreendimento tem potencial de fortalecimento da vocação do Barreiro como polo de desenvolvimento tecnológico e de serviços, articulado à política pública de interiorização da oferta de ensino técnico, profissional e superior.

Sobre o IFMG

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais é uma instituição pública integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. A instituição oferece, principalmente, cursos técnicos e de nível superior gratuitos.

A proposta de Operação Urbana Simplificada (OUS) permite a execução de empreendimento institucional para atender às demandas da política nacional de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, impulsionada pelo Novo

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal.

Vagas e cursos

O campus Belo Horizonte será o 18º da instituição em Minas Gerais. A expectativa é que o campus chegue a mais de 1,5 mil vagas quando estiver operando com sua capacidade total. O eixo definido para o campus Belo Horizonte será o de Meio Ambiente e Saúde, reflexo da expressiva demanda por formação

técnica qualificada na área de Ambiente e Saúde, especialmente na modalidade de curso técnico integrado ao ensino médio.

Na capital serão ofertados cursos de técnico em Análises Clínicas, Enfermagem, Farmácia, Nutrição e Dietética, Radiologia e Cuidado de Idosos, entre outros. O ingresso nos cursos técnicos ou superiores pode ser realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), além dos processos seletivos próprios da instituição, como o Vestibular e o Exame de Seleção, realizados duas vezes por ano.

O campus Belo Horizonte ainda implementará o Programa Institucional de Esporte e Lazer do IFMG, que contempla práticas esportivas, atividades culturais, físicas e de lazer voltadas a crianças, jovens e adultos da comunidade interna e externa. O campus buscará desenvolver programas de extensão nas áreas de saúde e meio ambiente, com o objetivo de integrar teoria e prática, aproximando o conhecimento acadêmico das necessidades concretas da população e do território.

PRIMEIRO FIM DE SEMANA DO ARRAIAL DE BELÔ É MARCADO POR SEGURANÇA



O planejamento operacional realizado pela Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMSP) garantiu tranquilidade aos participantes do Arraial de Belô no primeiro fim de semana do evento. Mesmo com um público flutuante superior a 10 mil pessoas ao longo dos três dias, não foi registrada nenhuma ocorrência criminal relacionada à festa, resultado que reforça a importância das ações preventivas e do cuidado com a população. Segundo

levantamento do Centro Integrado de Operações de Belo Horizonte (COP-BH), foram registradas apenas 9 ocorrências ao longo do fim de semana, sendo a maioria relacionada a estacionamento irregular.

A Guarda Municipal de Belo Horizonte realizou patrulhamento a pé e presença ativa de agentes nas áreas do entorno do Mineirinho, promovendo segurança e acolhimento ao público.

Durante a operação, foram realizadas 280 orientações de segurança ao público com abordagens com objetivo de alertar aos participantes sobre comportamentos de

risco, como o uso de celulares em meio à multidão, objetos de valor expostos, além de condutas que podem facilitar furtos em ambientes com grande circulação de pessoas.

A atuação da SMSP incluiu ainda o suporte à fiscalização do trânsito nas imediações do Mineirinho e nas principais vias de acesso ao local, contribuindo para a fluidez do tráfego, a mobilidade urbana e a segurança na chegada e saída do público.

O COP-BH também reforçou as equipes durante o evento, com o objetivo de garantir que a festa não gerasse impactos negativos sobre o funcionamento da cidade. Além disso, montado ainda um Posto de Comando, na modalidade virtual, que permitiu maior agilidade no atendimento às ocorrências e respostas mais rápidas às demandas operacionais.

ASSEMBLEIA DO ES CELEBRA 113 ANOS DO CORPO DE BOMBEIROS



O aniversário de 113 anos do Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo (CBMES) foi celebrado em sessão solene na Assembleia Legislativa, na noite de terça-feira (15). A solenidade, que também fez referência ao Dia Nacional do Bombeiro (2 de julho), destacou a importância da profissão para a sociedade, sobretudo em situações de emergência e no salvamento de vidas.

O evento foi proposto pelo deputado Capitão Assunção (PL) e contou com a presença dos deputados Alexandre Xambinho (Podemos) e Coronel Weliton (PRD). “O bombeiro corre para o perigo, não para salvar o que é seu, mas para salvar o que é do outro. E isso se chama abnegação, é o verdadeiro sentido de servir. E nesse sentido, também vou destacar a Associação dos Bombeiros Militares do Espírito Santo, que está trabalhando de maneira muito responsável na defesa dos interesses dos seus associados”, disse Assunção.

Alexandre Xambinho destacou a importância de valorizar os bombeiros militares. “É impossível falar dessa corporação sem falar de sacrifício. São heróis, muitas vezes anônimos, que trazem segurança em momentos muito difíceis. A presença do Corpo de Bombeiros Militar é a garantia de segurança, humanidade e competência. Esse aniversário também é momento de renovar o compromisso do poder público com a corporação, no sentido de valorização e fortalecimento do trabalho de vocês”, pontuou.

“O Corpo de Bombeiros faz um trabalho essencial para a sociedade. Nós precisamos agradecer a esse trabalho pelas vidas que são salvas. E reconhecer que a corporação também fez um trabalho ao longo do tempo para desenvolver sua autonomia enquanto corporação

reconhecer os serviços prestados por policiais e bombeiros militares.

O comandante-geral do CBMES, tenente-coronel Anderson Cosme, registrou que todos os servidores da corporação são merecedores de reconhecimento. “O serviço do Corpo de Bombeiros e também da Polícia Militar, que é uma corporação-irmã, nunca para. São 24 horas por dia, sete dias da semana. Estamos aqui, em uma celebração pelo aniversário da corporação, mas, nesse momento, temos equipe de plantão, a serviço, pronta para qualquer ocorrência. E nós entramos na vida do cidadão em momentos de maior necessidade. Não é à toa que somos a maior referência em combate ao incêndio, salvamentos, resgate, mergulho, além dos grandes desastres naturais. E além da técnica e equipamentos, nossos servidores são sensíveis e humanos em cada ocorrência”.

História

O CBMES foi criado em 1912 pela Lei 874, que é considerada a certidão de nascimento da corporação. Porém, somente com uma legislação posterior foi criada a primeira estrutura de combate a incêndios e outras catástrofes. Inicialmente exercida por uma instituição civil, a corporação foi anexada à Polícia Militar e permaneceu como um órgão de execução da PM até 1997, quando ganhou sua autonomia.

Sua estrutura atual conta com seis batalhões (Vitória, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Marechal Floriano, Guarapari e Cariacica) e cinco companhias independentes (São Mateus, Aracruz, Colatina, Vila Velha e Serra).

militar”, disse o deputado Coronel Weliton (PRD). Durante a solenidade, houve a entrega da Medalha Alferes Tiradentes, criada pela Resolução 2.543/2008

Homenageados com a entrega de placas

Coronel Orelly Lyrio

1º tenente Emerson Luiz Santana

Major Joaquim de Almeida júnior

Capitão Wilson Lourenço Loyola

Homenageados com a entrega da Medalha Alferes Tiradentes

Soldado Larissa Hollanda Vidal

2º sargento Fernando Gustavo Ferreira de Abreu

2º tenente Alexandre Pogian Oliveira

3º sargento Diego Steimberg Peres

3º sargento Guilherme Pivovar Plotécya

Subtenente Adilson Brás Campos Galeti

3º sargento Rafael Gama de Souza

Tenente-coronel Sérgio Stein

Aluno sargento Helder de Paula Moratti Dalmonech

Subtenente Juslei Nunes Rodrigues

Aluno sargento Rômulo Finotti Capacia

Subtenente Hércules Santanna do Rosário.

Major Joubert Almeida Monteiro

Cabo Fernando Barbosa de Souza

3º sargento Poliana Trindade Linhares

Cabo Paula Lorenna Araújo de Souza

3º sargento Shirley Horbelt fidalgo pereira

1º tenente Alan Rosa Francisco

Capitão Raquel Claudio de Santana Rangel

Cabo Pâmela Rodrigues Casthologe Athayde

2º sargento Débora Franciani Klippel Faria Motta

Cabo Cassia Perazzini Albino de Souza

3º sargento Armando Malini Zocateli

Coronel Emerson Antonio Rocha Pazeto

2º sargento Douglas Altoé Merçon

Capitão Wilson Lourenço Loyola

Ana Luisa Lyra Balarini

Geisiane Mandelli de lima

Dolores Pereira Lorenzo

Everson Gomes Cassemiro



LANÇADA 6ª TEIA NACIONAL PONTOS DE CULTURA PELA JUSTIÇA CLIMÁTICA NO ESPÍRITO SANTO

Considerado o maior encontro dos grupos culturais comunitários do Brasil, a 6ª Teia Nacional Pontos de Cultura pela Justiça Climática será realizada entre os dias 24 e 29 de março de 2026, no município de Aracruz, no Espírito Santo. O anúncio do local e a data aconteceu nesta terça-feira (15) na Aldeia Caeiras Velha, durante o lançamento oficial do evento, com a participação da ministra da Cultura, Margareth Menezes; do governador do Estado, Renato Casagrande; do prefeito Dr. Coutinho; além de lideranças indígenas e representantes de Pontos de Cultura.

“É uma honra ver a Cultura Viva, uma política tão grande, sensível e humana se espalhar pelo Brasil e inspirar outros países. É mais do que nossa obrigação garantir que ela tenha um percentual dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Acredito que a Teia será um momento importante de ver a representação do povo brasileiro”, ressaltou a ministra.

Margareth Menezes destacou ainda a importância de se fortalecer o Brasil diante do mundo. “A gente precisa defender o nosso país, com nossos defeitos e nossas virtudes. O Brasil é dos brasileiros e cada um de nós deve ser defensor disso. A gente é defensor de um país com justiça social, com justiça tributária, com justiça climática e melhor para todos nós”, completou.

A Teia é o espaço de articulação, troca de experiências e fortalecimento da Cultura Viva, uma das mais importantes políticas públicas do país e que, em 21 anos de história, já certificou mais de sete mil grupos e entidades culturais como Pontos de Cultura em todas as regiões. Esta edição convida à rede a refletir sobre a defesa do meio ambiente e do bem viver diante do cenário de emergência climática. Com sua diversidade cultural, força comunitária e saberes ancestrais, os Pontos de Cultura têm papel estratégico na construção de um Brasil mais justo e sustentável.

Saberes ancestrais

Esta será a primeira Teia Nacional realizada fora de uma capital e dentro de território indígena, reforçando a importância dos povos originários. Localizada no litoral norte capixaba, Aracruz é a cidade que tem a maior população indígena vivendo em aldeias do Espírito Santo, com as etnias Tupiniquim e Guarani.

“É muito importante estarmos junto com o governo do Presidente Lula nesse momento. A realização da Teia no ambiente dos povos indígenas, que têm



total respeito aos recursos naturais, mas que, ao mesmo tempo, são os que mais sofrem com a destruição do meio ambiente é fundamental para nós. A riqueza cultural é um instrumento para despertar a sociedade para esse assunto da sustentabilidade que é tão importante para a nossa sobrevivência”, explicou o governador Casagrande.

Para a secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério, Márcia Rollemberg, será um momento de celebração. “É uma celebração da cultura, da cultura popular, da cultura que a gente faz e vê no quintal da nossa casa, na nossa rua e da cultura que nos faz Brasil. É um momento de celebração, mas também de avançarmos na nossa estruturação de gestão participativa. Então, vamos reconhecer essa cultura que nos faz fortes, que nos faz gregários, que nos faz ter sentimentos solidários. O Brasil que a gente quer é unido, sem desigualdade, que busca o desenvolvimento sustentável e que trabalhe pela justiça climática. A gente está vendo o mundo derretendo, ou em água ou em calor. Não tem mais tempo, a gente tem que estar de mãos dadas, se somando.”

Já o secretário de Estado da Cultura, Fabricio Noronha, destacou o caráter participativo da política. “Quero destacar a construção participativa desse evento, a Cultura Viva tem essa característica, de auto-organização, e nos inspira muito saber que essa TEIA está sendo tecida a muitas mãos. A importância da localidade é muito especial e simbólica ser aqui em Aracruz, para que a gente consiga trazer as pautas das comunidades indígenas, que esse evento possa ser um instrumento de diálogo e fortalecimento desse território e de seus saberes ancestrais”, declarou.

O evento de lançamento contou ainda com a presença da presidente da Funai, Joenia Wapichana; e dos caciques Vilmar Benedito de Oliveira

(Tupiniquim) e Nelson Guarani. As apresentações artísticas foram feitas pelo Tambores de Congo Tupiniquim do Território, o coral Tape Retaxa'kã e a banda de Congo Terreiro de Dona Astrogilda.

Calendário

A partir desta terça-feira, dia 15 de julho, começa a se tecer a 6ª Teia Nacional, com o chamado para os estados e municípios realizarem suas Teias locais, conforme calendário abaixo:

- Municipais: até 1º de dezembro de 2025.

(facultativas)

- Estaduais e Distrital: até 15 de dezembro de 2025 (obrigatórias).

Programação

Com a previsão de reunir mais de 5 mil participantes, a 6ª Teia terá uma ampla programação composta por:

- Festival com mais de 100 atrações de Pontos de Cultura dos 26 estados e do Distrito Federal;

- Palestras, debates, oficinas, rodas de conversa, encontro setoriais e redes culturais;

- Acampamento do Bem Viver;

- Feira de Economia Solidária com produtos de todo o País;

- 5º Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.

Recursos

O investimento total para a realização da 6ª Teia Nacional, incluindo suas etapas municipais, estaduais e distrital, será de cerca de R\$ 67 milhões.

Desse total, aproximadamente R\$ 56 milhões serão destinados do Governo Federal, por meio de recursos diretos, incentivo fiscal e da Política Nacional de Fomento à Cultura. Os outros R\$ 11 milhões serão destinados pelos governos dos entes federados.

Realização

A TEIA é uma realização do Ministério da Cultura (MinC), do Governo do Estado do Espírito Santo e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), com o apoio da Prefeitura de Aracruz e da TVE Espírito Santo.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Ministério da Cultura (MinC)



GOVERNO DEVE FAZER INVESTIMENTOS DE US\$ 60 MILHÕES EM RODOVIAS



Tramita em regime de urgência na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (PL) 404/2025, no qual o Executivo pede autorização dos deputados para contratar operação de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a garantia da União, até o valor de US\$ 60 milhões. O objetivo é utilizar esse dinheiro para melhoria da malha viária estadual na Região Norte do Espírito Santo.

A verba será usada para a implementação do Programa de Desenvolvimento Produtivo da Região Nordeste (Prodepro), beneficiando rodovias nos municípios que integram a área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) no Espírito Santo. O projeto encabeça a pauta de votações da sessão ordinária desta terça-feira (15): uma comissão especial, presidida pelo deputado

propiciarão redução do tempo e dos custos de viagem. “Vamos reduzir os transtornos da população residente no entorno de vias inadequadas, que sofre com as dificuldades para circulação nos períodos chuvosos, nos quais ficam prejudicados o escoamento de produtos agrícolas, e o deslocamento de veículos de serviços de saúde e de transporte escolar”, ressalta.

Segundo Casagrande, as intervenções vão diminuir custos logísticos por conta de melhores condições das pistas para o setor de transportes. “Isso facilitará a obtenção das matérias-primas, o escoamento e a colocação dos produtos nos mercados consumidores a preços mais competitivos, favorecendo o desenvolvimento da economia como um

Alexandre Xambinho (Podemos), e s t á encarregada de elaborar parecer.

Vantagens

N a

mensagem

enviada à

C a s a , o

governador

R e n a t o

Casagrande

(P S B)

explica que

a s o b r a s

todo”, frisa. O prazo para execução das obras é de 02 anos.

Ficará o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata essa norma, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo (com efeito de pagamento), algumas receitas discriminadas na Constituição Federal, no que couber, bem como outras garantias admitidas em direito.

Os recursos provenientes da operação de crédito deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos da Lei Complementar Federal (LCF) 101/2000. Também será necessário inserir nesses dispositivos as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais relativos ao contrato de financiamento do crédito.

A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deverá entrar em vigor e nos dois anos subsequentes (2026 e 27) girará em torno de 66 milhões de dólares, incluindo as taxas de juros contratadas para a operação de crédito.

Se o PL for aprovado e virar lei, a nova legislação entra em vigor na data de sua publicação em diário oficial.

Tramitação

O projeto foi lido na sessão do dia 7 de julho, quando também foi aprovado pedido para sua tramitação em regime de urgência.

SEFAZ AVANÇA NA MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL DOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO

A Secretaria da Fazenda (Sefaz), por meio do Tesouro Estadual, iniciou uma força-tarefa com foco na regularização contábil dos ativos de infraestrutura do Estado. A ação, desenvolvida pela equipe da Subgerência de Análise e Monitoramento Contábil, envolve a cooperação direta com a Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (Seag), a Secretaria de Mobilidade e Infraestrutura (Semobi), o Departamento de Edificações e de Rodovias (DER-ES) e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Sedurb), além do apoio da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (Seger).

O objetivo é promover o reconhecimento, a mensuração, a evidenciação e o cálculo da depreciação dos ativos de infraestrutura, conforme exigido pela Instrução Normativa TCEES nº 36/2016 e pela Portaria Conjunta Sefaz/Seger/DER-ES nº 01/2023. A atuação conjunta também visa



viabilizar a inserção desses ativos no novo Sistema Administrativo do Espírito Santo (Siades), ferramenta estratégica para a modernização da gestão pública estadual.

Durante reunião realizada na Sefaz, representantes dos órgãos e entidades envolvidas puderam alinhar entendimentos técnicos e definir diretrizes práticas para o avanço da regularização.

“O reconhecimento dos ativos de infraestrutura é essencial para a fidedignidade das informações contábeis do Estado e representa um passo importante para o fortalecimento da transparência e da governança

pública”, afirmou o contador-geral do Estado e consultor do Tesouro Estadual, Alan Johanson.

Para a subgerente de Análise e Monitoramento Contábil, a consulta do Tesouro Estadual Kamila Sousa Bernabé Fedeszen, a força-tarefa é uma demonstração do compromisso da administração pública com a correta aplicação das normas contábeis e com a consolidação de um

patrimônio público reconhecido e controlado de forma adequada.

“A iniciativa reforça o papel estratégico da contabilidade pública como instrumento de controle e planejamento, contribuindo para diagnósticos mais precisos, decisões mais eficientes e a melhoria da qualidade da informação disponibilizada à sociedade e aos órgãos de controle”, destacou Kamila Sousa Bernabé Fedeszen.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sefaz

CAPACITAÇÃO QUE TRANSFORMA: SAMU NOROESTE E NEP PROMOVEM AÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA TÉCNICA GABRIELENSE



Estivemos na Escola Técnica Gabrielense com o Núcleo de

instituição.

A atividade contou com uma palestra

Educação Permanente (NEP) do SAMU Noroeste, promovendo mais uma ação de capacitação voltada aos alunos da

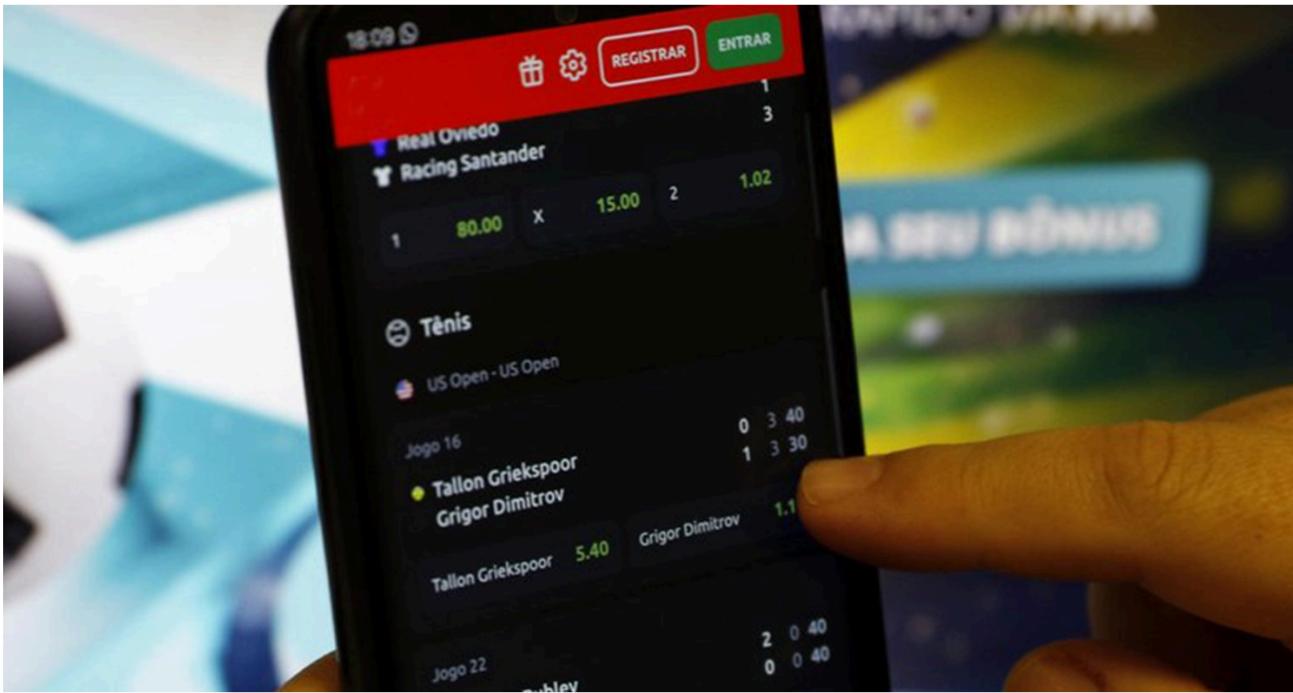
ministrada pelo enfermeiro Paulo, do NEP, que compartilhou saberes técnicos e vivências práticas, enriquecendo a formação dos futuros profissionais da saúde.

Registramos também nosso agradecimento especial aos colaboradores João Pedro e Gabriel, cuja participação e apoio foram fundamentais para o sucesso desta iniciativa.

Educar é salvar vidas!

PROJETO VEDA APOIO A EMPRESAS DE APOSTAS ESPORTIVAS E JOGOS DE AZAR

O deputado Denninho Silva (União) pretende impedir que o governo do Estado firme contratos, convênios, termos de parceria, patrocínio ou apoio institucional com empresas que promovam apostas esportivas e jogos de azar,



inclusive em plataformas digitais ou por aplicativos. Para isso, o parlamentar apresentou o Projeto de Lei (PL) 340/2025, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales). A proposta veda a contratação dessas empresas pela administração pública direta e indireta do Estado, bem como a concessão de benefícios fiscais, renúncia de receita ou incentivos financeiros.

A proibição se estende a entidades privadas sem fins lucrativos que recebam qualquer tipo de apoio ou recurso do Orçamento público estadual e a pessoas físicas ou jurídicas que tenham relação contratual com o Estado – inclusive por meio de licitações, permissões ou concessões.

Publicidade e propaganda

Outra restrição compreende as variadas formas de publicidade das empresas do ramo. Não poderão ser exibidas, por exemplo, marcas ou logotipos em uniformes, materiais esportivos, faixas, banners ou outro tipo de divulgação de equipes ou agremiações esportivas que tenham recebido dinheiro público.

Em festivais e eventos culturais diversos que tenham algum apoio financeiro do Estado também não deve haver propaganda das empresas de apostas e jogos de azar. Da mesma forma, todos os canais institucionais nas mais variadas mídias dos órgãos públicos estaduais ou entidades da administração indireta estão proibidas de fazer divulgação dessas empresas.

Marco regulatório

Segundo Denninho, a iniciativa objetiva estabelecer um marco regulatório “para impedir o uso de recursos públicos estaduais em atividades, parcerias ou publicidade ligadas ao mercado de apostas esportivas e jogos de azar, com ênfase nos realizados em plataformas digitais — um setor em franca expansão e com alto potencial de risco social”, afirma o autor na justificativa da matéria.

Para o deputado, o país vem enfrentando um momento preocupante com o aumento vertiginoso do mercado de apostas on-line, impulsionado por “publicidade agressiva, muitas vezes

direcionada a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. Segundo alerta o parlamentar “esse modelo comercial, travestido de ‘entretenimento’, tem causado danos significativos à saúde mental, à integridade

familiar e às finanças pessoais de milhares de cidadãos”.

Denninho Silva também destaca que a proposta está em consonância com as decisões dos Tribunais de Contas que proíbem o uso de recursos públicos em ações que não estejam estritamente relacionadas ao interesse coletivo. A transparência na utilização do erário também é citada na justificativa da matéria.

O parlamentar, no entanto, reforça que o projeto não visa criminalizar esse tipo de atividade empresarial, porque esse é um tema de competência federal. Para ele, o objetivo é “impedir a utilização do aparato estatal para dar suporte, visibilidade ou legitimidade a práticas que contrariam os princípios constitucionais da moralidade administrativa, da proteção à infância e juventude e da dignidade da pessoa humana”.

O PL 340/2025 será analisado pelas comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor; de Desporto; de Proteção à Criança e ao Adolescente; e de Finanças antes de ser votada em plenário.

MINAS FORTALECE ATENDIMENTO A PESSOAS COM DOENÇAS RARAS E APRESENTA NOVO PLANO ESTADUAL DE TRANSPLANTES

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) promoveu, nesta quarta-feira (16/7), a 320ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite do SUS (CIB-SUS/MG). O encontro foi realizado no Auditório JK, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte.

Na ocasião, foram pactuados R\$ 11.480.960,51 em investimentos para o fortalecimento de políticas públicas de saúde em todas as regiões do estado. Os recursos contemplam áreas como atenção primária, saúde especializada, vigilância em saúde, gestão do trabalho e estruturação da rede laboratorial e hospitalar.

Também foram apresentados dados atualizados sobre indicadores da atenção primária, mortalidade materna e infantil, o projeto de teleconsultoria e o cenário estadual das doenças respiratórias agudas.

Novos serviços para doenças raras

Um dos principais avanços da reunião foi a ampliação da Política Estadual de Doenças Raras. Serão habilitados cinco novos serviços de referência, com foco na descentralização e no enfrentamento de vazios assistenciais. As unidades estarão localizadas em:

Uberlândia (HC-UFU) – Triângulo do Norte

Uberaba (HC-UFTM) – Triângulo do Sul

Montes Claros (Ambulatório de Doenças Raras) – Norte e Nordeste

Viçosa (Unidade de Atenção Especializada da UFV) – Leste do Sul e Vale do Aço

Pouso Alegre (Complexo Hospitalar Samuel



Libânio) – Sul, Extremo Sul e Sudoeste

Cada equipe receberá incentivo de custeio de R\$ 497.760,00 anuais, totalizando R\$ 2,48 milhões por ano. O financiamento será integral no primeiro ano, com transição para modelo baseado em metas a partir de 2026.

Os atendimentos incluirão avaliação clínica, aconselhamento genético e exames especializados. O monitoramento será quadrimestral, até a habilitação definitiva pelo Ministério da Saúde.

Estimativas populacionais indicam 1.504 pacientes SUS-dependentes em Pouso Alegre e 794 em Viçosa. “São políticas públicas importantes, que ampliam o acesso e qualificam o atendimento à população com doenças raras no interior do estado”, destacou Edivaldo Farias, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais (Cosems-MG).

Política de transplantes reestruturada

Outro destaque foi a apresentação do Plano Estadual de Doações e Transplantes – 2025 a 2029. A proposta inclui a criação da Câmara Técnica Estadual de Transplante de Medula

Óssea e a ampliação das Organizações de Procura de Órgãos (OPO), com estudo para instalação de uma nova unidade em Divinópolis.

Também está prevista a abertura de um banco de tecidos oculares em Itajubá. “Com a retomada dos transplantes de pulmão no Hospital das Clínicas da UFMG, após 15 anos, teremos muito a comemorar no Setembro Verde. Isso reforça a prioridade do Governo de Minas ao tema”, afirmou a secretária adjunta de

Saúde de Minas Gerais, Poliana Lopes.

Capacitações e novos fluxos de regulação

A estratégia inclui capacitações para captação de córneas e abordagens com famílias enlutadas, em parceria com a Fundação Lucas Machado (Feluma). A ideia é reduzir a taxa de recusa familiar à doação de órgãos, hoje em cerca de 48% no estado.

“Esperamos diminuir esse índice com formação técnica e ações de sensibilização”, explicou Omar Cançado, diretor do MG Transplantes.

Também será construído um fluxo estadual de encaminhamento de pacientes a serviços transplantadores, integrando-o ao sistema de regulação. Além disso, uma comissão de auditoria acompanhará os procedimentos para garantir a qualidade e a continuidade do cuidado.

As campanhas de incentivo à doação de órgãos e tecidos terão caráter permanente, com participação ativa dos municípios, estimulando o engajamento de profissionais, instituições e da população.

HASTEAMENTO DE BANDEIRA DOS INCONFIDENTES E AÇÕES CULTURAIS MARCAM CELEBRAÇÃO DO DIA DE MINAS EM BH

Uma réplica da bandeira dos Inconfidentes foi hasteada junto à execução dos hinos do Brasil e de Minas Gerais na tarde desta quarta-feira (16/7), no pátio do Palácio da Liberdade. O ato simbólico contou com a apresentação da Banda da Polícia Militar, marcando a celebração do Dia de Minas em Belo Horizonte com uma programação cultural que se estendeu, ao longo da tarde, por outros espaços, como a Praça da Estação, o Museu Mineiro e a Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais.

“Esse é um dia muito importante para o povo mineiro, e como não mecionar as nossas belezas, as nossas riquezas culturais e naturais dos 853 municípios. Lembramos que no último domingo recebemos, com o reconhecimento do Vale do Peruaçu, o nosso primeiro título de Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco, como não honrar esse título e tudo o que ele representa. Viva a Minas Gerais, a nós mineiros e a nosso orgulho da mineiridade”, celebrou a subsecretária de Turismo, Patrícia Moreira.

Bandeira dos Inconfidentes

A cor verde foi inicialmente escolhida pelos Inconfidentes para preencher o triângulo que marca a bandeira. Associando a forma geométrica, símbolo de razão, equilíbrio e justiça, herança do pensamento iluminista, com o verde da esperança, os Inconfidentes criaram um ideal político e social para o estado.

Depois da escolha inicial pelo verde, a bandeira assimilou o vermelho, para representar o ideal revolucionário de que

haveria se imbuído a Inconfidência Mineira. Em 1963, uma lei formalizou a adesão a esta cor. “Essa dualidade cromática do verde e do vermelho nos revela que, mais do que uma cor, a bandeira de Minas carrega o ideal que permanece: a liberdade”, ressaltou o coordenador executivo do Circuito Liberdade, Lucas Amorim.

Dia de Minas

O Dia de Minas foi institucionalizado em 1969, com o objetivo de reforçar a tradição política e cultural do estado. A data relembra a fundação de Mariana, em 1696, a primeira vila e capital de Minas. Resgatando a Inconfidência Mineira, movimento que tinha o objetivo de emancipar Minas Gerais do governo de Portugal, a Banda da Polícia Militar de Minas Gerais executou repertório que homenageou a trajetória de Tiradentes.

Arte e história

Realizada pelo Circuito Liberdade e pelo Arquivo Público Mineiro, uma exposição no Palácio da Liberdade promove uma reflexão sobre o que caracteriza o mineiro nos aspectos político, social e culturalmente. Um dos destaques é a apresentação do Termo de Criação da Vila de Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo (atual cidade de Mariana), datado de 1711.

Também estão expostos o original da lei que criou o Dia de Minas, em 1979, além do livro “A Bandeira de Minas Gerais”, de Waldemar de

Almeida Barbosa, publicado em 1961.

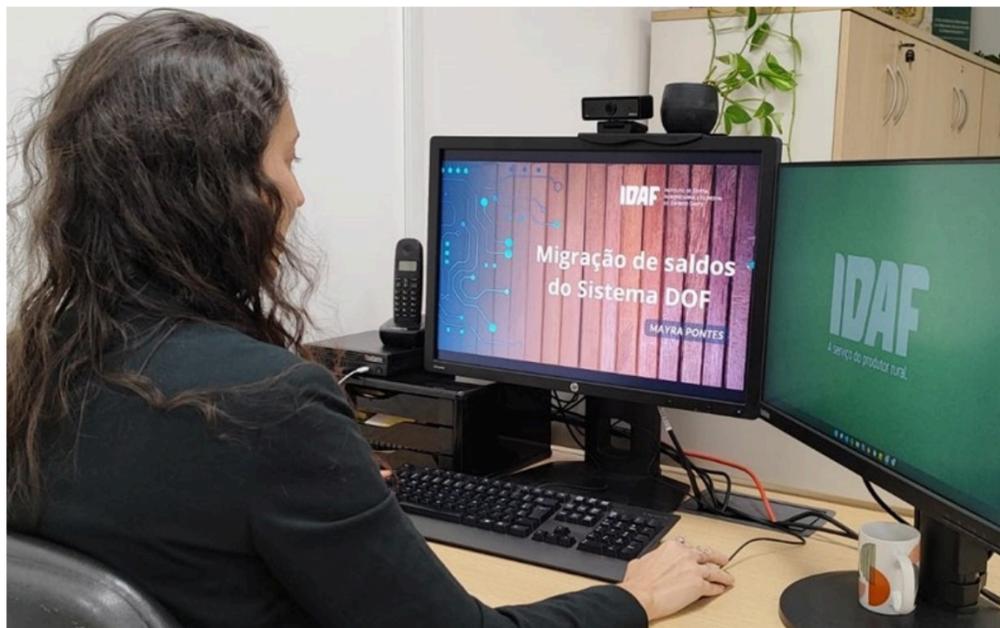
A Biblioteca Pública Estadual de Minas Gerais realizou a ação “A Biblioteca e a Cidade”, na Praça da Estação. Houve distribuição de livros com temática mineira, exemplares do Suplemento Literário (edição especial “Afromineiridades”), além de materiais produzidos pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Na sede da Biblioteca, a programação seguiu com uma roda de leitura infantojuvenil dedicada às obras do escritor e ilustrador mineiro Marcelo Xavier, conduzida por Luiza Xavier, e com o Sarau Minas de Poesias.

Já no Museu Mineiro, houve visitas mediadas à exposição “Minas das Artes, Histórias Gerais”. Objetos históricos dividem espaço com pinturas monumentais, como “Cena de Garimpo”, de Di Cavalcanti, e “Guerra dos Emboabas”, de Carybé, além de obras de arte sacra datadas dos séculos XVIII e XIX.



MIGRAÇÃO DE CRÉDITO DO SISTEMA DOF É PAUTA DE ENCONTRO COM SETOR MADEIREIRO



O Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) apresentou para o setor madeireiro as adequações necessárias para a migração automatizada dos créditos existentes no sistema legado para o novo Sistema DOF + Rastreabilidade. A palestra foi ministrada nessa quarta-feira (16), pela fiscal estadual agropecuária do órgão Mayra Pontes, durante live organizada pelos fundadores do evento setorial Espírito Madeira, reunindo em torno de 40 participantes.

A migração está sendo conduzida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conforme definições da Instrução Normativa Ibama nº 11/2025. Como condição para que ocorra o procedimento, é necessário que o usuário disponha de pátio homologado nos dois sistemas, desimpedidos de qualquer tipo de bloqueio ou suspensão. No Espírito Santo, em caso de necessidade de homologação de pátio no Sistema DOF + Rastreabilidade ou liberações de

mudanças efetivadas pelo Ibama e estabelecerem contato com o Idaf para esclarecimentos. “Essa relação com o setor produtivo, reforçada pela realização dessa live, fortalece a parceria e o apoio técnico e colabora para que a transição aconteça da melhor forma possível”, destacou.

De acordo com o diretor técnico do Idaf, Eduardo Chagas, até o momento em torno de 150 empresas do estado já passaram pela migração. “Acreditamos que, a partir desse encontro, eventuais dúvidas do setor produtivo puderam ser sanadas, de modo que o processo possa ser realizado sem intercorrências para todos os usuários do sistema dentro do prazo. As empresas que não passaram pela migração tendem a ter restrições na comercialização de seus materiais”, disse.

Para uma das fundadoras da Espírito Madeira, Paula Maciel, com a mudança, todas as transações estarão centralizadas em um só lugar, facilitando o controle de produtos florestais e atividades

pátios ou usuários, é preciso fazer a solicitação ao Idaf por meio de requerimento próprio.

O diretor-geral do Idaf, Leonardo Monteiro, pontuou a importância de as empresas se adequarem às

relacionadas. “Como o tema ainda gera dúvidas nos profissionais do setor, a parceria com o Idaf foi fundamental para que a transição ocorra da melhor forma possível, sem que haja prejuízo às operações” frisou.

Também fundador da Espírito Madeira, Antonio Nicola destacou que é essencial o alinhamento das informações e a abertura de espaço para o esclarecimento de dúvidas diretamente com o Idaf, que coordena a atividade no âmbito estadual.

Segundo Mayra Pontes, a migração teve início, de forma automatizada, a partir do dia 30 de junho, contemplando os usuários que atenderam aos critérios estabelecidos. “Desde então, acontecem análises diariamente, para que seja realizada a migração dos demais usuários à medida que as pendências forem sanadas. Esse procedimento será feito até 31 de dezembro. A partir dessa data, a transferência de saldos do sistema DOF Legado para o DOF+ somente poderá ser feita com a inserção manual dos créditos, sob condição de vistoria obrigatória”, explicou a fiscal do Idaf.

O Requerimento-Sistema DOF está disponível em: [https://portal.es.gov.br/app/catalog/carta-de-servicos/documento-de-origem-florestal-\(dof\)](https://portal.es.gov.br/app/catalog/carta-de-servicos/documento-de-origem-florestal-(dof)). Em caso de dúvidas, pode ser enviado e-mail para scfl@idaf.es.gov.br, com o assunto “Migração de créditos DOF”.

Texto: Francine Castro

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação do Idaf



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL

Tel.: (27) 99991-9614

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35

DIRETOR DE MARKETING
Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado

DIRETOR GERAL
Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
Ashley Vitória Gomes

DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira